



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2021

Objetivo: QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE - OSS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MADALENA - CE

Preâmbulo

O Município de Madalena - CE, representado pela Secretaria de Saúde, CONVOCA as instituições interessadas em obter a qualificação como Organização Social de Saúde (OSS) para gestão e execução das ações e serviços do Hospital e Maternidade Mãe Totonha e Atenção Básica (psfs), no âmbito do Município de Madalena - CE, tornando-se aptas a celebrarem contrato de gestão com o Município, considerando a **Lei Municipal nº 623/2021, de 04 de novembro de 2021**, além da Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, a Constituição Federal de 1988 e as demais normas que regem a espécie e as condições previstas neste Edital.

1. OBJETO

O presente Edital tem por objeto a Seleção de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas sob forma de fundação, associação ou sociedade civil, para se qualificarem com Organização Social de Saúde – OSS com finalidade específica de eventual e futura operacionalização da gestão e execução das ações e serviços do Hospital e Maternidade Mãe Totonha e Atenção Básica (PSFS), no âmbito do Município de Madalena - CE.

1.1. Constituem anexos do presente Edital, dele sendo partes integrantes, independentemente de sua transcrição:

1.1.1. ANEXO I – Modelos de Declarações;

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente Chamamento Público qualquer pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída sob a forma de fundação, associação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, que tenha obrigatoriamente natureza social de seus objetivos relativos a gerenciamento e prestação de serviços de Assistência à Saúde, e preencha os requisitos exigidos pela **Lei Municipal nº 623/2021, de 04 de novembro de 2021**.

2.2. Serão vedadas, sob qualquer hipótese, as participações de:

2.2.1. Pessoas Jurídicas declaradas inidôneas por qualquer esfera federativa, ou suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o Município de Madalena, enquanto durarem os efeitos da sanção;

2.2.2. Pessoas Jurídicas sob processo de falência, recuperação de crédito ou insolvência civil;

2.2.3. Pessoas Jurídicas cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau de servidor público do Município de Madalena;

2.2.4. As entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados, sócios ou instituidores;

2.2.5. Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

2.2.6. As organizações partidárias, inclusive suas fundações;

2.2.7. As entidades que operam planos de saúde e assemelhados com finalidade lucrativa;

2.2.8. As cooperativas.

3. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Na hipótese de dúvida ou necessidade de esclarecimentos na interpretação deste Edital e seus Anexos, os interessados deverão solicitá-los por escrito à Secretaria de Saúde em até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a entrega dos documentos;

3.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades nas normas aplicáveis, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias antes da data fixada para a abertura dos envelopes, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o participante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao Edital deverão ser feitos por escrito e encaminhados à Prefeitura Municipal de Madalena por meio do Setor de Licitação por meio do endereço eletrônico: **licitamadalena2021@gmail.com**

3.5. A Prefeitura Municipal de Madalena por meio do Setor de Licitação apresentará suas respostas por meio de Boletins de Esclarecimentos numerados e disponibilizados no sítio eletrônico **www.tce.gov.br**, para ciência dos interessados.

3.6. Da mesma forma, eventuais modificações ao presente Edital que o Município julgar necessárias, serão disponibilizadas no sítio eletrônico **www.tce.gov.br**, para ciência dos interessados.

3.7. Eventual necessidade de alteração significativa do Edital, que afete a documentação a ser apresentada, implicará na obrigatoriedade de reabertura do prazo inicial, nos termos previstos no §4 do art. 21 da Lei Federal n. 8.666 de 21 de janeiro de 1993.

3.8. É obrigação dos interessados o acompanhamento dos boletins, comunicados e informações disponibilizados no sítio eletrônico oficial do Município. Não serão aceitas reclamações fundamentadas na falta de conhecimento das informações nele disponibilizadas.

4. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE REQUERIMENTO

4.1. O envelope lacrado contendo o requerimento de qualificação, acompanhado dos documentos adiante enumerados, deverá ser entregue no período de **29 de Dezembro de 2021 à 17 de janeiro de 2022**, na Prefeitura Municipal de Madalena, situada à Rua Augusto Máximo Vieira, nº 80, Centro, aos cuidados da Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais. Os envelopes entregues fora do período e horário marcados não serão recebidos. Caso haja interesse da Administração Pública, o



prazo poderá ser prorrogado, sendo a prorrogação informada no sítio eletrônico www.tce.gov.br, para ciência dos interessados.

4.2.0 requerimento de qualificação, acompanhado dos documentos, deverá ser entregue em 01 (uma) **via física** data, horário e local indicados no item anterior deste Edital, em envelope lacrado e devidamente identificado externamente da seguinte forma, completando os dados:

À COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA REFERENTE:
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE - OSS Nº 001/2021

NOME DA PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

4.3. Todos os documentos incluídos no envelope deverão ser apresentados em formato A-4, com todas as folhas numeradas em ordem crescente e rubricadas, apresentando um índice, a indicação do número de folhas e no final um termo de encerramento. Os documentos devem ser apresentados em linguagem clara, objetiva e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinados pelo representante legal ou procurador legalmente constituído.

4.4. Toda e qualquer documentação deverá ser apresentada em língua portuguesa. Documento em língua estrangeira somente será admitido se acompanhado pela respectiva tradução para o português por Tradutor Público Juramentado e revestido das demais formalidades exigidas pela legislação brasileira.

4.5. Após a entrega do envelope, a Comissão não aceitará a substituição ou anexação de qualquer documento por parte dos participantes, salvo nas seguintes hipóteses:

4.5.1. Para fins de esclarecimentos que forem eventualmente solicitados pela Comissão;

4.5.2. Para complementação dos documentos exigidos ou para o saneamento de eventual irregularidade no requerimento, que poderá ser concedida à participante pela Comissão, desde que precedida de requerimento.

4.6. O requerimento (ANEXO I, Modelo I) deve ser acompanhado dos documentos relacionados no item 5 e subitens do presente Edital.

4.7. A participante poderá ser representada, em todos os atos do processo, inclusive nos contatos com a Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais, por um representante legal, devidamente nomeado por procuração com poderes expressos para atuar neste procedimento.

4.8. Fica dispensada a procuração prevista no item anterior na hipótese de a participante estar representada por seu responsável legal, que deverá comprovar essa qualidade através do estatuto ou documento pertinente e documento oficial de identificação com foto.

4.9. O documento referente à representação da participante deverá ser inserido no envelope de requerimento.



4.10. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos membros da Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais pelos representantes das participantes presentes no ato.

4.11. O início do procedimento para abertura dos envelopes entregues dar-se-á às **10h00min do dia 18 de Janeiro de 2022**, na Rua Augusto Máximo Vieira, nº 80, Centro podendo ser definida nova data, a critério da Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais, por meio de ato devidamente motivado, registrado e publicado no sítio eletrônico do Município e com a comunicação por correspondência eletrônica às entidades que apresentaram documentação.

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A QUALIFICAÇÃO

5.1.0 envelope apresentado pelo participante deverá conter a seguinte documentação:

5.1.1. Informações gerais sobre a participante:

a) Pedido de qualificação como OSS, dirigido à Secretaria de Saúde de Madalena, por meio de requerimento escrito, conforme ANEXO I, Modelo I;

b) Declaração de Inexistência de Impedimento para participação no procedimento, nos moldes do ANEXO I, Modelo II;

c) Declaração de atendimento ao artigo 7, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos moldes do ANEXO I, Modelo III.

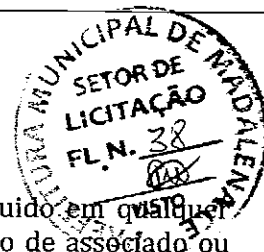
d) DECLARAÇÃO QUE DECLINA DA REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA, vide modelo IV

e) Ciência dos Termos do Edital, vide modelo V;

5.1.2. Comprovação de requisitos específicos para a habilitação à qualificação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia do **Ato Constitutivo** devidamente registrado dispondo sobre:

- I. natureza social de seus objetivos relativos à área da Saúde;
- II. finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- III. previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- IV. composição e atribuições da diretoria;
- V. obrigatoriedade de publicação anual dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- VI. no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;



- VII. proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- VIII. previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito municipal, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
- b) Cópia das **atas de eleição e posse do Conselho de Administração e de sua Diretoria em exercício**, devidamente registradas;
- c) Cópia do **estatuto social** atualizado e devidamente registrado;
- d) Cópia do **último balanço patrimonial** e demonstrativos do resultado financeiro do ano anterior;
- e) Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Economia (CNPJ)**;
- f) **Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade**, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RBF de cada um deles;
- g) **Certidões de regularidade fiscal** nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- h) Certificado de regularidade do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS**;
- i) **Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT**;
- j) Cópia de regulamento próprio, aprovado por maioria de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho de Administração, **contendo procedimento para contratação de obras e serviços**, compras e alienação e seleção de pessoal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

5.2.A documentação exigida deverá ser apresentada na forma original ou em cópia autenticada por Cartório competente e estar dentro dos prazos de validade na data de abertura dos envelopes ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

5.2.1. Não serão aceitos documentos fotocopiados em papel termo sensível (fac-símile).

6. DO EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS PARA A QUALIFICAÇÃO E RESULTADOS

6.1.A Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo de requerimento de Credenciamento e Qualificação como Organização Social de Saúde no âmbito do Município de Madalena - CE, para análise do pedido de qualificação.

6.2.No exame do requerimento de qualificação e da documentação, a Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais deverá observar se a entidade comprovou o atendimento dos requisitos estabelecidos na **Lei Municipal nº 623/2021, de 04 de novembro de 2021**, e se apresentou toda a documentação exigida no item 5 deste Edital.

6.3.A Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais elaborará relatório opinando a respeito da qualificação da participante como OSS e o encaminhará à autoridade competente da Secretaria de Saúde de Madalena, para despacho conclusivo.

6.3.1.É condição para decisão do Prefeito Municipal pela qualificação da participante, ter a entidade recebido parecer favorável quanto à sua qualificação como OSS da autoridade competente da Secretaria de Saúde de Madalena.

6.4.Em havendo DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Madalena - CE, o respectivo Certificado de Qualificação será expedido no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após o encerramento do prazo de análise.

6.5.Em havendo INDEFERIMENTO do pedido de Qualificação como OSS no âmbito do Município de Madalena, serão publicadas suas razões no sítio eletrônico www.tce.gov.br, para ciência dos interessados.

6.5.1.O pedido de qualificação será INDEFERIDO quando:

- a) A requerente não preencher os requisitos dispostos na legislação em vigor e no presente Edital de Credenciamento;
- b) A documentação apresentada estiver incompleta. Nesta hipótese, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado do INDEFERIMENTO para a complementação e apresentação dos documentos exigidos. Reiterando-se a ocorrência, seu requerimento será indeferido.

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1.Do ato do Prefeito Municipal que decida pela não qualificação da entidade, caberá pedido de reconsideração a ele dirigido, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão.

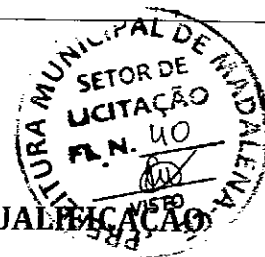
7.2.No exercício do direito fundamental de petição, previsto no art. 5, XXXIV, "a", da Constituição Federal, qualquer participante poderá requerer reconsideração das decisões proferidas em relação aos demais participantes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão.

7.2.1.Apresentando o pedido na forma do item 7.2, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ser realizado pelo interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da interposição.

7.3.O pedido de reconsideração poderá suscitar ilegalidade no procedimento de qualificação, contrapor razões de mérito ou apresentar, de forma comprovada, fato novo suficiente a alterar a decisão recorrida.

7.4.A autoridade competente da Secretaria de Saúde de Madalena deverá se manifestar previamente sobre o conteúdo do pedido de reconsideração.

7.5.A decisão que examinar o pedido de reconsideração será motivada, devendo conter, obrigatoriamente, no mínimo, os fatos e fundamentos jurídicos que ensejaram bem como a concordância com fundamentos de decisões técnicas anteriores, referindo-se como parte integrante do ato, ou discordância, devidamente fundamentada.



8. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA FORMALIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

8.1. Após o julgamento dos pedidos de reconsideração ou o transcurso do prazo para sua interposição, o Prefeito Municipal deverá homologar o resultado e o mesmo será divulgado no sítio eletrônico do Município.

8.2. A qualificação da entidade como OSS será formalizada por decreto do Prefeito Municipal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Eventuais conflitos ou pontos omissos ou obscuros serão resolvidos pela Comissão Especial de Qualificação de Organizações Sociais com amparo na legislação municipal, que proferirá manifestação.

9.2. A qualificação de entidade como OSS no âmbito do Município de Madalena, por Decreto da Prefeitura Municipal, não obriga a Administração Pública Municipal a firmar Contrato de Gestão com quaisquer das entidades qualificadas, as quais não têm direitos subjetivos a qualquer tipo de repasse financeiro.

9.3. As entidades qualificadas como OSS poderão participar de processo de seleção pública de projetos por meio de Chamamento Público específico, nos termos da legislação municipal vigente, para a escolha de OSS apta a celebrar eventual Contrato de Gestão.

9.4. As entidades interessadas assumem todos os custos do requerimento de qualificação, sendo que a Prefeitura de Madalena - CE, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da qualificação.

9.5. Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da entidade que implique mudança nas condições que instruíram sua qualificação deverá ser comunicada à Prefeitura de Madalena - CE, através da Secretaria de Saúde, acompanhada das justificativas e dos documentos pertinentes, sob pena de cancelamento da qualificação.

9.6. O prazo de validade do reconhecimento será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da publicação do Decreto que o motivou, ficando a entidade interessada em renová-lo, obrigada a apresentar novo requerimento no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento.

Madalena - CE, 22 de dezembro de 2021.

DIEGO ROCHA FONSECA
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Jana Erli Guerra de Sousa
JANA ERLI GUERRA DE SOUSA

COMISSÃO ESPECIAL DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS



ANEXO I-DECLARAÇÕES E REQUERIMENTO

MODELO I - REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO COMO OSS

Objetivo: QUALIFICAR ORGANIZAÇÃO SOCIAL, com finalidade específica de eventual e futura operacionalização da gestão e execução das ações e serviços do Hospital e Maternidade Mãe Totonha e Atenção Básica (PSFS), no âmbito do Município de Madalena - CE.

A (Nome da entidade) , pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na (endereço) Rua _____, CNPJ n. í, neste ato representada pelo seu representante legal Sr.(a) , (descrever a qualificação do representante legal) vem requerer sua QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS com finalidade específica de eventual e futura operacionalização da gestão e execução das ações e serviços do Hospital e Maternidade Mãe Totonha e Atenção Básica (PSFS), no âmbito do Município de Madalena - CE, com fundamento na Lei Federal n. 9.637, de 1998, e do Chamamento Público n. -----, juntando para tanto, em anexo, a documentação necessária.

Declaro, para os devidos fins, que esta entidade (Nome da entidade) não possui nenhuma condenação por prejuízos que tenha causado ao erário público e/ou contas julgadas irregulares/reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão de controle equivalente.

Número de folhas enumeradas e rubricadas constante no envelope lacrado: __/folhas.

Nestes termos, pede deferimento



MODELO II-DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Madalena, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de de

.....
DECLARANTE



MODELO III-DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Ao(A)

Prefeitura Municipal de Madalena

Ref. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2021 - QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE - OSS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MADALENA - CE

DECLARAÇÃO I

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Madalena, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de de

.....
DECLARANTE



**MODELO IV - DECLARAÇÃO QUE DECLINA DA REALIZAÇÃO DA
TÉCNICA**

Chamada Pública nº -----

(nome/ razão social), inscrita no CNPJ sob o nº., com sede à , na cidade de , Estado de , por intermédio de seu responsável o Sr(a).. portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº -----
DECLARA, para todos os fins, que declina/abstêm-se de visitar os locais dos serviços, assumindo toda(s) responsabilidade(s) pela opção de não realização da vistoria. DECLARA, ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração na vigência e no valor estimado do contrato de gestão a ser celebrado, caso seja a organização social vencedora.

MADALENA - CE, _____, de _____ de 2021.



MODELO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS TERMOS DO EDITAL

Chamada Pública nº -----

(nome/ razão social), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à , na cidade de , Estado de , por intermédio de seu responsável o Sr(a).. portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº -----
DECLARA, para todos os fins, que tomou conhecimento da integridade da CHAMADA PÚBLICA EDITAL nº --
-----, inclusive todos seus anexos e esclarecimentos posteriores, que tem pleno conhecimento do seu conteúdo e determinações.

MADALENA - CE, __, de ____ de 2021.